

# **A COMPANHIA DE JESUS E OS ÍNDIOS NA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO: SÉCULOS XVI, XVII E XVIII.**

**Aluna: Lívia Uchôa**

**Orientadora: Eunícia B. Barcelos Fernandes**

## **Relatório Final**

### **Introdução**

Este relatório tem como objetivo a descrição das minhas atividades durante minha participação de dois anos no Projeto de pesquisa *A Companhia de Jesus e os índios na capitania do Rio de Janeiro, séculos XVI, XVII e XVIII*, iniciada em agosto de 2008. Candidatei-me a participar desse projeto de iniciação científica, pois, além de acreditar que esse tipo bolsa é muito importante na formação do historiador, sempre tive interesse por História do Brasil, em especial História Indígena. No processo seletivo, ganhei uma bolsa do PIBIC e junto comigo, Maria José Barboza foi selecionada e atualmente também é bolsista PIBIC, apesar de ter permanecido como pesquisadora voluntária durante o primeiro ano de pesquisa. Amanda Pasti, bolsista FAPERJ, participou de setembro de 2008 a junho de 2009. Andréa Mota foi pesquisadora voluntária e atuou entre março de 2009 e março de 2010. Por fim, Débora Meira, bolsista FAPERJ, completa o quadro de pesquisadoras do Projeto.

Coordenada pela professora Eunícia Fernandes e composto atualmente pelas pesquisadoras Débora Meira, Lívia Uchôa e Maria José Barboza, a pesquisa pretende fazer uma análise do papel exercido pela Companhia de Jesus na colonização da América portuguesa e, em especial, nas relações estabelecidas junto aos índios. Através disso, almeja refletir também sobre as articulações de poder e dinâmicas culturais, envolvendo valores e comportamentos no processo colonizador na região da capitania do Rio de Janeiro, local onde os jesuítas tiveram papel preponderante na colonização.

### **Objetivos**

A análise do papel exercido pela Companhia de Jesus na colonização da América Portuguesa e nas relações desta estabelecidas junto aos índios do Rio de Janeiro está articulada à sistematização de documentação existente em arquivos da cidade, bem como à reunião e organização de historiografia sobre o tema, notadamente aquela não publicada, ou seja, listar, ordenadamente, dissertações e teses desenvolvidas no Brasil.

Com o objetivo de ampliar as novas reflexões históricas que localizam o índio como agente, além de pensar a religiosidade em seu aspecto cultural, esse projeto visa dialogar com outras disciplinas, de forma a enriquecer sua abordagem. Esse trabalho se propõe também a pensar o papel preponderante e a especificidade da atuação da Companhia de Jesus na Capitania do Rio de Janeiro, procurando, ainda, entender as diferentes práticas colonizadoras através desse encontro cultural de jesuítas e nativos.

No primeiro ano, tivemos nossos esforços concentrados no século XVI; no momento, trabalhamos com o XVII e ainda chegaremos ao século XVIII, tentando suprir o desequilíbrio dos estudos jesuítas nas regiões coloniais, pois como afirma Eunícia no próprio Projeto de Pesquisa, “é verdade que encontramos hoje trabalhos importantes relativos à ação jesuítica na

Amazônia (...) na região Nordeste (...) e no Sudeste (...), mas nada igual ao que encontramos para a região do Prata, nas chamadas Missões do Paraguai”. Esse desequilíbrio indicado pela coordenadora da pesquisa criou equívocos de compreensão sobre a atuação da Companhia junto aos índios, pois tomou o modelo da região do Prata para toda a colônia, o que não se confirma na experiência. Sendo assim, a pesquisa busca esclarecer a especificidade do Rio de Janeiro nesse quadro.

### **Atividades Coletivas**

Durante toda a pesquisa mantivemos a prática de leituras coletivas temáticas e teóricas de bibliografia relacionada ao projeto, de forma a introduzir as pesquisadoras no universo do período estudado, tendo assim um panorama da historiografia sobre a Companhia de Jesus e sobre os índios antes de entrar em contato direto com a documentação da época. Dessa forma, a busca, o contato e a análise dos documentos foram facilitados, pois, através dessas leituras, pudemos conhecer o contexto no qual os documentos foram produzidos; assim como pudemos, por exemplo, conhecer nomes de religiosos e autoridades da época. Segue abaixo a lista da bibliografia lida coletivamente no primeiro ano da pesquisa:

FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos. **Futuros Outros: Homens e Espaços – Os Aldeamentos Jesuíticos e a Colonização na América Portuguesa**. tese

(Doutorado). Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, 2001. 227p.

LEITE, Serafim. **Suma Histórica da Companhia de Jesus no Brasil (Assistência de Portugal): 1549-1760**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965.

MONTEIRO, John M. “O Desafio da História Indígena No Brasil” in: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís D. (Org.). **A Temática Indígena na Escola**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

SOUZA, Laura de M. “História da cultura e da religiosidade” in: ARRUDA, José Jobson de A; FONSECA, Luis Adão da. **Brasil-Portugal: História, agenda para o milênio**. Bauru: EDUSC, 2001.

As leituras eram seguidas de discussões sobre o conteúdo lido e, a partir delas, desdobraram-se atividades coletivas que foram não só formativas no conteúdo temático da pesquisa, como também formativas nas práticas da escrita, ou seja, na nossa formação como historiadoras. Ainda durante o período das leituras coletivas, fomos instruídas a produzir certos instrumentos de pesquisa que foram simultaneamente, nos qualificando na atividade de pesquisa. Produzimos:

(a) verbetes sobre historiadores, o que demandou pesquisa e escrita, assim como capacidade de síntese, nos ajudando, ainda, no acúmulo de conhecimento temático;

(b) cronologias acerca da atuação da Companhia de Jesus na América portuguesa no século XVI, que implicou num maior conhecimento do conteúdo da pesquisa, pois para sua execução foi necessário ter clara noção do objetivo do projeto e facilitador na identificação de possíveis documentos;

(c) glossário de termos históricos e de termos da Companhia de Jesus, que também demandou um procedimento de pesquisa, além de também expandir nosso conhecimento temático do projeto.

### **Atividades Individuais**

Para além das leituras e atividades coletivas, individualmente, cada aluna se dedicou acerca de um sub-tema: colégio, aldeamentos, fazendas e câmara municipal. A partir daí, no primeiro ano, cada pesquisadora de IC realizou

- (d) pesquisa acerca de seu sub-tema;
- (e) levantamentos de obras e teses;
- (f) levantamentos documentais;
- (g) resenhas de obras temáticas;
- (h) listagem de religiosos que frequentavam o espaço do sub-tema de cada pesquisadora;

O meu sub-tema se refere aos aldeamentos indígenas e em relação a isso, realizei levantamentos documentais na Biblioteca Nacional e levantamento de teses na CAPES, que me deram a experiência e a oportunidade de conhecer procedimentos de pesquisa na busca em arquivo.

Além das pesquisas em bases de dados e acervos, continuamos com leituras, agora individuais, que foram apresentadas oralmente e resultaram em materiais escritos, como resumos e resenhas, que no meu caso foram das obras:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas. Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

FERNANDES, Fernando Lannes. **Da Conquista das almas à conquista do território: religião e poder, território e identidade nos aldeamentos jesuítos da América Portuguesa**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2003. 170p.

CHAIM, Marivone Matos. **Aldeamentos Indígenas (Goiás 1749 - 1811)**. São Paulo: Nobel, 1983.

É importante dizer que para além das práticas de pesquisa e sistematização de dados, essas experiências de apresentar oralmente um livro e fazer resenhas foram importantes na minha formação, tanto em relação às questões técnicas, de aprender formalmente como selecionar os conteúdos mais relevantes da obra, a clareza e coerência necessárias para a minha fala ou mesmo a exposição organizada do meu posicionamento que a resenha exigia; quanto à questão qualitativa, da necessidade da administração do tempo e questões que vão além de uma profissão. Essas experiências me dão base tanto para apresentações acadêmicas em geral quanto na minha formação para o magistério, como no caso da Anpuh Nacional de 2009, evento onde tive um pôster selecionado.

Após os levantamentos realizados no acervo da Biblioteca Nacional em meu sub-tema (os aldeamentos), selecionei dois documentos para análise. No primeiro ano da pesquisa, para

o século XVI, encontrei material substantivo sobre o aldeamento de São Lourenço na *Historia dos Collegios do Brasil*, obra anônima escrita pelos jesuítas. E meu trabalho se voltou à escrita de um artigo[anexo 1], que aborda a questão da representação dos índios do citado aldeamento feita pelos jesuítas, assim como a representação que fazem de si mesmos. Após a identificação do documento, destaquei no artigo alguns dos episódios narrados que diziam da convivência entre jesuítas e ameríndios, episódios esses que permitiram uma reflexão sobre as relações sociais e culturais travadas entre eles.

Elementos importantes para minha análise foram estudados, principalmente, através das leituras de: Alcir Pécora, que traz a ideia de que a escrita jesuítica, através de recursos retóricos, é carregada de sentido e não reflete uma realidade universal – o que me possibilitou discutir o principal objetivo do meu artigo, que é a ideia que os religiosos querem passar com seus escritos; Maria Regina Celestino de Almeida, que fala sobre a identidade dos índios aliados; e Eunícia Fernandes, que traz o conceito de colonialidade, se referindo às trocas culturais entre os dois grupos; essas duas me permitiram mostrar uma visão dos indígenas oposta daquela apresentada pelos inácianos.

Por fim, concluo que *Historia dos Collegios do Brasil* tenta justificar e confirmar a importância da presença da Companhia de Jesus no Brasil Colonial, assim como atestar o sucesso da ação missionária jesuítica. Representa os índios dos aldeamentos como sempre dispostos à assimilação da fé, de forma a assegurar seu poder dentro do aldeamento e ignora as possibilidades de troca cultural entre os grupos que, na prática, ocorreu.

No segundo ano da pesquisa, para o século XVII, o documento em foco para o próximo artigo foi a “*Carta do capitão mor Martin de Sa, dirigida ao Rei Filipe II, na qual se refere a ordem que recebeu de partir para o Brasil, de fazer descer o gentio ao littoral de Cabo Frio, de fundar aldeias e defender a costa das capitanias do Rio de Janeiro, Santos e São Paulo dos navios estrangeiros que alli tentassem aportar*”, datada de 20/04/1617. Através dele, pretendo discutir sobre o papel dos índios do aldeamento de Cabo Frio, que explicita a articulação entre a Coroa Portuguesa e a Companhia de Jesus na colonização da América.

## **Conclusão**

No âmbito temático, o desenvolvimento das leituras e resenhas certamente contribuiu na qualificação de nossos conhecimentos, porém o mais relevante talvez seja a reflexão derivada da realização dos levantamentos. Rastreado dissertações e teses em História sobre os aldeamentos jesuíticos e reunindo os resultados a outros levantamentos, tais como aqueles referentes à atuação em geral da Companhia de Jesus na América portuguesa, pudemos reconhecer tópicos da pesquisa tais como o momento de maior desenvolvimento da temática indígena – bem mais significativo a partir dos anos 90 – ou regiões coloniais mais visadas pela historiografia, como a Região do Prata.

É importante ainda indicar a qualificação derivada do contato com os acervos, notadamente o da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, onde pude trabalhar na área de cartografia, obras raras e manuscritos. O aprendizado sobre a forma de sistematização dos mesmos, os esforços para a localização das fontes que os interessavam à pesquisa, o reconhecimento das potencialidades e das dificuldades da instituição devem também ser vistos como significativos resultados que incidem na dimensão temática, mas sobretudo na formação do historiador/ pesquisador.

A participação no XXV Simpósio de História é um elemento significativo, principalmente nesse âmbito da formação profissional. Os dois pôsteres do projeto candidatos a participar desse encontro foram selecionados e os momentos de produção e apresentação dos mesmos foram muito importantes no nosso amadurecimento acadêmico. Da mesma forma, a confecção dos artigos também nos ofertaram a experiência muito importante de escrever de acordo com os moldes acadêmicos necessários para o ofício do historiador.

### **Referências**

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos. **Futuros Outros: Homens e Espaços – Os Aldeamentos Jesuíticos e a Colonização na América Portuguesa**. Dissertação (Doutorado). Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, 2001. 227p.
- LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. São Paulo: Associação Internacional Anchieta: Loyola, 2004.
- MONTEIRO, John M. “O Desafio da História Indígena No Brasil” in Silva, Aracy Lopes da; Grupioni, Luís D. (Org.). **A Temática Indígena na Escola**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.
- PÉCORRA, Alcir. **Máquina de Gêneros**. São Paulo: Edusp, 2001.
- SOUZA, Laura de M. “História da cultura e da religiosidade” in **Brasil-Portugal: História, agenda para o milênio**. Bauru: EDUSC, 2001.

## Anexos

### Anexo 1:

#### “**Historia dos Collegios do Brasil**”: Representações de jesuítas e de índios aldeados

Lívia Uchôa<sup>1</sup>

**Resumo:** Através do documento *História dos Collegios do Brasil*, obra jesuítica anônima e sem data, pretendo gerar uma reflexão sobre a representação dos índios do aldeamento de São Lourenço feita pelos jesuítas no século XVI, assim como a representação que fazem de si mesmos. Após a identificação do documento, destaco na *História* alguns dos episódios narrados que dizem da convivência entre jesuítas e ameríndios, episódios esses que permitem uma reflexão sobre as relações sociais e culturais travadas entre eles.

**Palavras-chave:** aldeamentos; índios; jesuítas; século XVI.

Foi somente após o encontro com os índios na Colônia Portuguesa na América que os jesuítas criaram os aldeamentos, núcleos esses onde índios descidos<sup>2</sup>, de diferentes etnias, se reuniam em um espaço escolhido pelos jesuítas na tentativa de evangelizá-los, o que significava obter um maior controle sobre os hábitos e ações indígenas. O objetivo jesuítico da catequese utilizava como principal meio fixar aqueles que viviam em sociedades seminômades nesse novo tipo de aldeia, onde passariam a ter hábitos cristãos que, de acordo com sua visão, os levariam à “salvação” e os libertariam de suas “superstições, canibalismo, ferocidade”<sup>3</sup>. Querendo homogeneizar os nativos, transformando-os em cristãos e súditos, os

---

<sup>1</sup> Aluna do 7º período de graduação em História da PUC-Rio, bolsista PIBIC de IC desde agosto de 2008 no Projeto **A Companhia de Jesus e os Índios na Capitania do Rio de Janeiro: Séculos XVI, XVII e XVIII**, coordenado pela Prof. Dra. Eunícia Fernandes.

<sup>2</sup> Os descimentos consistiam no encaminhamento de índios de diversas regiões do interior da América – chamado de sertão – para o litoral, e eles “eram a principal fonte de origem e reprodução das populações indígenas nos aldeamentos e por isso mesmo constantes e incentivados desde o Regimento de Tomé e Souza até o Diretório de Pombal” (ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, página 96).

<sup>3</sup> BANGERT, William (SJ). **História da Companhia de Jesus**. São Paulo/ Porto: Apostolado da Imprensa/ Loyola, 1985, página 120.

jesuítas tentavam lhes ensinar novas práticas culturais, sociais e políticas, mas esse projeto de controle não aconteceu, na prática, da forma imaginada.

Ao ingressar no aldeamento e serem batizados e cristianizados, os índios passavam à categoria de aliados aos portugueses, fato que lhes dava direitos e deveres, de acordo com a política indigenista da Coroa portuguesa do período colonial<sup>4</sup>. Era do aldeamento – cuja referência se sobrepõe à do grupo étnico – que esses índios se transformavam em mão-de-obra e garantiam a defesa e o sustento da colônia. “Uma outra referência de identificação, com certeza mais interessante para os índios em situação colonial, estava se formando: a de índios aldeados”<sup>5</sup>

O desejo catequético é que os índios obedeçam ao padre e que o poder dentro do aldeamento seja do jesuíta, mas as relações entre esses grupos são mais complexas e não dizem respeito apenas à uma simples dominação, ou seja, apesar da situação subalterna dos indígenas, não podemos esquecer sua condição de agente histórico que faz suas próprias escolhas. A aliança com os portugueses ou franceses assim como os próprios descimentos dos nativos se fizeram através de promessas, exigências, recuos e acordos entre ambas as partes.

Aparece constantemente na documentação da época, entretanto, uma ideia de que os índios do aldeamento são submissos, pacíficos e cristianizados, contrapondo-se à outro tipo de índio, que também aparece nos documentos, mas como inimigos: é o dito gentio “bravo” que vivia no “sertão” e era “selvagem”. Através do documento *História dos Collegios do Brasil*, pretendo gerar uma reflexão sobre essa representação indígena feita pelos jesuítas, no caso, dos índios do aldeamento de São Lourenço, além da representação que os religiosos fazem de si próprios.

*História dos Collegios do Brasil* está dividido em duas partes: a primeira, com 18 capítulos, se refere ao Colégio da Bahia e suas residências; a segunda, com 14 capítulos, se

---

<sup>4</sup> Cf PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios livres escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI-XVIII)”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras / Secretaria Municipal de Cultura / FAPESP, 1998. pp. 116-118.

<sup>5</sup> ALMEIDA, página 259.

refere ao Colégio do Rio de Janeiro e suas residências. Meu foco estará, principalmente sobre a segunda parte; entretanto, o documento será compreendido em sua totalidade. Antes de entrar diretamente na discussão que proponho, portanto, acredito ser necessário, antes, refletir sobre o texto que serve de fonte para minha análise.

Como dito, o citado documento não possui data, porém, trago a hipótese de que trata-se de um escrito do final do século XVI, mais especificamente 1574, pois, em primeiro lugar, é exatamente até esse ano que são comentados os acontecimentos dos citados Colégios, partindo de suas respectivas fundações. Se o documento tivesse sido escrito posteriormente não haveria motivo para parar nesse ano, ou seja, provavelmente cobriria todo o século em foco. Em segundo lugar, a língua utilizada não foi o português, mas o castelhano, assim como as *Constituiciones*, documento publicado em 1558<sup>6</sup> que regula todo o funcionamento da Companhia de Jesus. Segundo Diogo Ramada Curto, essa era uma língua considerada mais elegante que o português no século XVI. É importante lembrar que a maioria das línguas da Europa, nesse momento, ainda não estão normatizadas e é justamente pelos idos desse século que esses instrumentos de normatização e fixação da língua portuguesa estão surgindo, isto é, são publicados gramáticas, dicionários, livros de regras, de ortografia e elogios da língua portuguesa<sup>7</sup>.

Quanto à autoria do documento, existem inúmeras possibilidades. O mais provável é que seja uma obra coletiva, pois contém informações detalhadas de vários lugares. Luis da Grã, que foi reitor do Colégio da Bahia entre 1573 e 1575, seria um potencial escritor da primeira parte do documento. José de Anchieta que, até 1573 foi reitor do Colégio do Rio de Janeiro e que, de 1574 a 77, foi Provincial da Capitania de São Vicente, seria um potencial escritor da segunda parte do texto. Contudo, existem ainda, outras possibilidades de autoria: o Padre Lourenço Brás, reitor do Colégio do Rio de Janeiro em 1574, assim como Inácio de Tolosa, Provincial do Brasil nesse mesmo ano, também seriam outras alternativas.

---

<sup>6</sup> PÉCORÁ, Alcir. **Maquina de Gêneros**. São Paulo: edusp, 2001, página 26.

<sup>7</sup> *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* (1536), de Fernão Oliveira e *Grammatica* (1540), de João de Barros são obras fundadoras desse trabalho de normatização da língua. CURTO, Diogo Ramada. “Língua e Memória”, In: MATTOSO, José (org.). **História de Portugal**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. v. 3, página 358.

Como o documento em análise é intitulado *História*, cabe ainda refletir sobre o que é apresentado ali como história. A chamada História Cristã, mais comumente praticada na Idade Média, segundo Guy Bourdê e Hervé Martin, tem muita afinidade com as características apresentadas nesse documento: há uma sucessão cronológica, porém sem encadeamento de causas e efeitos e com todos os acontecimentos sendo movidos pela vontade divina. Segundo os autores citados, essa “concepção providencialista da história humana, segundo a qual Deus dispunha da capacidade de aí intervir a todo instante para modificar seu curso, exerceu o domínio muito para além da Idade Média, durante o período moderno”<sup>8</sup>. De fato, em *Historia dos Collegios do Brasil*, esses sinais de intervenção divina no mundo dos homens estão muito presentes: Deus é referência constante e é quem comanda o passado e o futuro dos homens.

Mas por que se fala sobre aldeamentos em um documento que deveria ser exclusivo dos colégios? A meu ver, esses dois estabelecimentos, aldeamento e colégio, eram muito importantes para a prática catequético-pedagógica dos jesuítas na colônia e por isso tinham uma certa relação de dependência. Além disso, se entendermos a dimensão física como uma forma de dominação, percebemos que eles também serviam no processo colonizador. As relações entre Coroa Portuguesa e Companhia de Jesus na colonização eram estreitas: não se pode ignorar a aliança que havia entre colonização e cristianização<sup>9</sup>.

São Lourenço foi o primeiro aldeamento do Rio de Janeiro, fundado em 1568, quando é lavrada a Carta de Sesmaria assinada por Martim Afonso de Souza, o famoso Araribóia, cuja participação na luta contra os franceses e tamoios que habitavam a região lhe garantiu a posse da terra. Sua permanência na Guanabara decorre, principalmente, por conta de uma estratégia de defesa da baía articulada pelos portugueses. Formou-se naquele local,

---

<sup>8</sup> BOURDÊ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Mem Martins: Publicações Europa América (Fórum da história), 1983, página 23.

<sup>9</sup> Cf ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos. **Futuros Outros: Homens e Espaços (Os Aldeamentos Jesuíticos e a Colonização na América Portuguesa)**. Dissertação (Doutorado). Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, 2001; FERNANDES, Fernando Lannes. **Da Conquista das almas à conquista do território: religião e poder, território e identidade nos aldeamentos jesuíticos da América Portuguesa**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2003.

um anel defensivo onde os indígenas do aldeamento de São Lourenço, aliados dos portugueses, atendiam à defesa da barra da baía.

Ligadas à um jogo de interesses, que funcionou durante os séculos XVI e XVII, a principal liga que uniu essa articulação da Coroa com os jesuítas foram os índios. Por isso, segundo Eunícia Fernandes, o aldeamento seria o local de interface entre as duas instituições<sup>10</sup>. O fato do aldeamento de São Lourenço ter uma localização estratégica na defesa da Baía de Guanabara, assim como as próprias construções dos padres - modificando a natureza e tornando o espaço conhecido - atesta mais explicitamente essa relação.

De todos aqueles locais construídos pelos padres, o colégio era o lugar referencial para os religiosos na colônia: onde os padres visitantes chegavam, de onde os padres partiam para ir visitar as aldeias e aldeamentos e para onde eles voltavam depois. “O colégio era um lugar comum, de reconhecimento com o mundo português”<sup>11</sup> e assumia um papel de eixo articulador de todos os outros estabelecimentos da Companhia, sedimentando a presença dos jesuítas na colônia. Inclusive essa centralidade do colégio é atestada através do documento em pauta, primeiro pelo próprio título do livro: não se cria uma história das fazendas, nem dos aldeamentos, mas dos colégios. Em segundo lugar, vemos no próprio conteúdo do texto, os autores afirmarem essa centralidade, como por exemplo, no capítulo 9 da primeira parte, quando é narrada a visita do Pe. Ignacio Daz. O lugar onde ele chega e o lugar de onde ele volta para Europa é o colégio: “Y assi se partio deste collegio para Roma”<sup>12</sup>

Dessa forma, vemos que o colégio era o núcleo que possibilitava a catequização, que, por sua vez, era realizada privilegiadamente dentro dos aldeamentos, já que esses eram os locais aonde ocorria o contato privilegiado com a alteridade indígena. A articulação entre esses dois estabelecimentos, portanto, é o que permite se falar de acontecimentos que ocorrem nos aldeamentos, em uma História dita “dos Colégios”.

---

<sup>10</sup> FERNANDES, 2001, pp. 105-107.

<sup>11</sup> FERNANDES, 1995, página 12.

<sup>12</sup> Página 90.

Na verdade, o conteúdo desse documento não se restringe, absolutamente, em só falar dos colégios. Pelo contrário, seus temas são abrangentes e se referem à diferentes questões. Uma das principais se refere ao movimento dos padres dentro da colônia, expondo quem e quantos chegam da Europa, quem está voltando pra lá, quem está morrendo aqui, quem está indo pra qual Capitania, assim como quem é nomeado pra qual cargo dentro da ordem. Mostra, portanto, a situação geral em que eles se encontravam e através disso, conseguimos verificar que a quantidade de padres que estavam no Brasil nessa época era pequena. Devido a esse pequeno número, havia uma grande movimentação desses jesuítas dentro da colônia, como atesta o próprio documento: “aunq los Pes. al principio eran pocos, el hervor y grande zelo q tenian les hacia abrazar muchas partes”<sup>13</sup>.

Nesse trecho acima selecionado, também é possível perceber uma outra questão que é recorrente na *História dos Colégios*, que é demonstrar um grande esforço e dedicação dos padres na conversão. Esses destaques para o “hvor y grande zelo” dos jesuítas, assim como a demonstração do perigo que os religiosos correm na propagação da fé e a sempre correta conduta deles são ressaltados através de vários episódios narrados dramaticamente durante todo o documento. Contando dos primeiros padres que foram a São Vicente, por exemplo, o autor narra que ali os padres andavam “a pie y descalsos por todas aquellas aldeas, durmiendo por los caminos sin ningun genero de cama (...) y assi algunas vezes les era necess.º a pescar y a cazar y estavã todos sin comer enquãto no venia alguna provision, en todos si veyã mucha alegria en estos trabajos y hambre y desseo de padecer otros muchos majores”<sup>14</sup>. Dessa forma, além de querer demonstrar um enorme trabalho e sofrimento dos jesuítas, o que é uma grande virtude católica, se mostra ali também a necessidade da chegada de “alguna provision” para a sobrevivência desses homens e construção e manutenção de seus estabelecimentos.

Segundo Alcir Pécora, o exemplo de vida dos missionários, uma certa maior tolerância em relação aos hábitos dos nativos e uma confiança na visita e pregação dos padres desarmados se referem à um primeiro movimento jesuítico de conversão que era assentado no que ele chama de “via amorosa”. Mais pra frente, quanto mais se alongaria a experiência

---

<sup>13</sup> Página 131.

<sup>14</sup> Página 122.

jesuítica na colônia, maior seria o afastamento desse método, que foi substituído pela conversão “pelo medo”<sup>15</sup>. Nesse documento, escrito no primeiro século da colonização, há ainda um grande otimismo em relação à conversão.

Batismo, confissão e casamento eram as três principais benções realizadas pelos padres, pelo que se percebe nesse documento. Mas batismo ganha sempre mais destaque e aparece ali como um grande ganho em relação à catequização indígena. Em vários capítulos os autores contabilizam o número de “almas novas”, batizadas. Por exemplo, na primeira parte, quando são contados os acontecimentos dos aldeamentos no ano de 1572, afirmam que “los q se baptizaro' en este ano en las aldeas entre innocentes y adultos seria seiscientas cincoenta almas y vinieron de la terra de los gentiles para las Iglesias mas de quinientas y sesenta fuera las que diximos”<sup>16</sup>. “O aldeamento é o espaço privilegiado para inserção do índio na ordem colonial”<sup>17</sup>, depois do batismo os índios passam a existir: esse é o rito de ingresso no mundo dos homens, quando largam “la terra de los gentiles”, deixando de ser o gentio “bravo do sertão” e passando a ser os índios aldeados, cristãos e súditos.

A visão que temos dos índios aldeados, então, é a de que eles querem ser cristãos, são “mansos” e, se por acaso fazem algo errado, a culpa é dos colonos brancos. Pécora nos explica que o fundamento teológico da conversão e intervenção jesuítica reside na diferença entre má natureza X praticas más. Os padres defendem que os índios tem uma alma pura, eles são quase como crianças que tem maus hábitos. A tarefa jesuítica reside na mudança dessas práticas, para que os nativos passem a ter hábitos cristãos. Em muitas cartas e outros documentos produzidos por jesuítas, vemos recorrentemente, portanto, a atribuição de uma má conduta indígena à um ou mais colonos brancos. Acredito que essa crença na boa natureza indígena também influencie na acusação dos colonos serem sempre os culpados.

No capítulo 13 da parte da Historia dos Collegios referente ao Rio de Janeiro é narrado um fato que aconteceu no aldeamento de São Lourenço no ano de 1573. O caso que se conta é

---

<sup>15</sup> PÉCORA, página 47.

<sup>16</sup> Páginas 95 e 96.

<sup>17</sup> ALMEIDA, página 80.

de quando o reitor do Colégio, o Pe. Lourenço Brás, separou casais amancebados de alguns principais já cristãos e os casou com uma mulher só. Segundo o documento, por influência dos brancos, os índios não aceitaram e partiram em direção à cidade para lá reclamar com o capitão-mor: “se alevãto el aldea de manera que pensarõ los Pes. que los queriã matar”<sup>18</sup>. Assustada, a Câmara reuniu colonos, que marcharam em direção ao aldeamento. Os índios, também assustados, teriam dito que queriam fazer apenas um requerimento e, por fim, acabam pedindo perdão aos padres para que eles voltem à visitar São Lourenço, segundo a *Historia*.

Tendo em vista esse fato, pode-se visualizar que não era fácil a convivência entre religiosos e índios no cotidiano dos aldeamentos. No interior desses estabelecimentos, pelo menos por algum tempo, alguns elementos da cultura indígena se mantiveram, o que não agradava em nada aos religiosos<sup>19</sup>. São Lourenço iniciou a política de aldeamentos indígenas no Rio de Janeiro e lá os padres, até 1583, não tinham residência fixa, visitando por breves períodos, segundo Serafim Leite<sup>20</sup>, o que nos demonstra que os nativos não poderia ser tao controlados facilmente. Araribóia, o líder desse aldeamento, é um exemplo de uma liderança indígena que recebeu inúmeras concessões e agrados por ter se destacado na guerra de conquista do Rio de Janeiro, além de ter continuado ali, defendendo a cidade recém-criada, no fim do século XVI: foi nomeado cavaleiro da ordem de cristo, recebeu o posto de capitão-mor da aldeia de São Lourenço e era proprietário de casas na rua Direita. Segundo Almeida, esse índio tinha plena consciência do lugar que ocupava na Colônia e seus privilégios faziam parte da política de colonização da Coroa, que tinha como objetivo “envolver esses homens na ordem colonial, de forma a que conduzissem seus liderados à obediência e disciplina nas aldeias”<sup>21</sup>. Como dito anteriormente, isso atesta mais a dependência dos portugueses em relação aos índios, do que submissão.

---

<sup>18</sup> Página 136.

<sup>19</sup> ALMEIDA, página 145.

<sup>20</sup> LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. São Paulo: Associação Internacional Anchieta: Loyola, 2004, página 110, 3v.

<sup>21</sup> ALMEIDA, página 161.

A narração do evento descrito em *Historia dos Collegios do Brasil*, entretanto, nos permite refletir, em primeiro lugar, sobre a necessidade dos religiosos demonstrarem que no espaço do aldeamento quem tem o poder são eles. Volto, portanto, à ideia inicial de que os índios aldeados são retratados e parecem submissos para que o poder jesuítico seja sinalizado. Dessa forma, por mais que eles se revoltam, no final, como eles pertencem ao aldeamento e foram batizados, irão se arrepender e pedir perdão, mesmo que não o tenham feito nesses mesmos termos.

Acredito, então, que esse conflito é narrado por conta do fato já comentado sobre a necessidade de mostrar dedicação e esforço exercidos pelos padres para a conversão. Afinal, não deve parecer muito fácil, para quem está lendo na metrópole, a catequização. Pois um dos principais objetivos dos jesuítas é que mais padres e mais recursos sejam enviados à colônia. Portanto, se não se demonstra um certo padecimento dos jesuítas, e uma certa dificuldade, fica mais difícil se receber a tão desejada provisão. A *ordem* religiosa jesuítica está ali para acabar com a *desordem* que os índios representam; *desordem* essa que, afinal, precisa aparecer às vezes, da mesma forma que a “arrumação” feita pela *ordem* também<sup>22</sup>. Dessa forma, além de se legitimar a presença jesuítica, ainda se pode averiguar as conquistas da missão, ou seja, o sucesso na conversão.

O capítulo 14 narra várias histórias de índios que pedem para se confessar, fato muito recorrente no documento como um todo. Nesse caso, trata-se de “un índio muy viejo” que, ouvindo sobre a prática da confissão, disse ao padre: “Pe. que no ayas asco de mi y que me oijas mis peccados porque yo quiero escamar mi alma como pescado para q sea sabrosa a dios”<sup>23</sup>. Da mesma forma, uma índia também foi se confessar dizendo que a confissão era como remédio que se coloca em uma chaga, e “como ella tenia muchas llagas venia a buscar medicina”<sup>24</sup>.

---

<sup>22</sup> FERNANDES, 1995, página 32.

<sup>23</sup> Página 137.

<sup>24</sup> Página 136.

Essas situações, ao contrário de sinalizar o que se chamaria de “aculturação”, confirmam uma negociação e interação cultural entre esses grupos dentro dos aldeamentos. Da mesma forma, mostra a incompreensão dos gestos indígenas por parte dos jesuítas, que entendem aquela situação como pura assimilação da religião, enquanto para os próprios nativos aquilo poderia significar algo bem diferente: “Índios e padres comunicavam-se e entendiam-se pela língua geral, mas os códigos e as lógicas socioculturais distintos influenciavam suas formas de compreensão”<sup>25</sup>

Podemos inferir aqui, portanto, que aqueles índios estão pedindo a confissão sem a mesma ideia conceitual que um europeu pediria, mas por uma associação ou ressignificação de algo da sua cultura. É a “colonialidade” proposta por Fernandes, onde vemos que os índios reelaboram essas novas informações baseados em seus próprios referenciais: “os índios apropriam-se do rito católico para expressarem sentidos particulares à sua cultura”<sup>26</sup>. Afinal, a realização física de determinado rito, não atesta garantia de representação simbólica igual para os índios. O fato do velho índio querer que sua carne seja saborosa para Deus, por exemplo, nos permite imaginar uma associação de sua cultura antropofágica com a cultura cristã. Almeida, também se referindo à essa diferença de significação cultural do batismo, dá um exemplo que aparece num relatório de 1875 do presidente da província do Pará, onde índios pediam para ser batizados mais de uma vez, todos os anos<sup>27</sup>.

Vimos, portanto, que *Historia dos Collegios do Brasil* tenta justificar e confirmar a importância da presença da Companhia de Jesus no Brasil Colonial, assim como atestar o sucesso da ação missionária jesuítica. Representa os índios dos aldeamentos como sempre dispostos à assimilação da fé, de forma a assegurar seu poder dentro do aldeamento e ignora as possibilidades de troca cultural entre os grupos que, na prática, ocorreu.

---

<sup>25</sup> ALMEIDA, página 149.

<sup>26</sup> FERNANDES, 1995, página 49.

<sup>27</sup> ALMEIDA, página 149.

## Fonte

**História dos Collegios do Brasil.** Manuscrito da Bibliotheca Nacional de Roma (cópia). Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, v.19, 1897. pp.76-138

## Referência Bibliográfica

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

BANGERT, William (SJ). **História da Companhia de Jesus.** São Paulo/ Porto: Apostolado da Imprensa/ Loyola, 1985.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas.** Mem Martins: Publicações Europa América (Fórum da história), 1983.

CURTO, Diogo Ramada. “Língua e Memória”, In: MATTOSO, José (org.). **História de Portugal.** Lisboa: Editorial Estampa, 1993. v. 3.

FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos. **Cardim e a Colonialidade.** Dissertação (Mestrado). Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1995. 227p.

---

\_\_\_\_\_. **Futuros Outros: Homens e Espaços (Os Aldeamentos Jesuíticos e a Colonização na América Portuguesa).** Dissertação (Doutorado). Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, 2001. 227p.

FERNANDES, Fernando Lannes. Da Conquista das almas à conquista do território: religião e poder, território e identidade nos aldeamentos jesuíticos da América Portuguesa. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2003. 170p.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** São Paulo: Associação Internacional Anchieta: Loyola, 2004.

PÉCORRA, Alcir. **Maquina de Gêneros.** São Paulo: edusp, 2001.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios livres escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI-XVIII)”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras / Secretaria Municipal de Cultura / FAPESP, 1998. pp. 115-132.